

**HABEAS CORPUS Nº 477.564 - SP (2018/0293420-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CAIO CEZAR PIERIM CAMILO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CAIO CEZAR PIERIM CAMILO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente cumpria pena pelo delito de tráfico, quando sobreveio nova execução. O juízo das execuções unificou as penas, fixando o regime fechado para o seu cumprimento e estipulando a data da nova prisão ou da falta grave como o termo *a quo* para a concessão de novos benefícios, à exceção do livramento condicional, do indulto e da comutação.

Irresignado, o *Parquet* Estadual interpôs agravo em execução penal, o qual foi provido, alegando que a data da última prisão deve ser considerada o termo *a quo* para a concessão de todos os benefícios executivos.

Daí o presente *writ*, em que a Impetrante sustenta, em síntese, que *é de rigor o afastamento da última prisão enquanto marco interruptivo como dies a quo do livramento condicional, comutação e indulto, em respeito ao entendimento sumulado* (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar o acórdão, reconhecendo-se que a prática de falta grave não interrompe os prazos para a obtenção do livramento condicional, da comutação e do indulto, restabelecendo-se, assim, a decisão primeva.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela concessão da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

A defesa alega que a prática de falta grave não tem o condão de interromper os prazos para a obtenção do livramento condicional, comutação e indulto, pugnando pelo restabelecimento da decisão primitiva.

O Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao agravo ministerial, em acórdão que foi assim fundamentado (fls. 67/68):

*O Juízo "a quo", por decisão datada de 12 de abril de 2018, unificou as penas de CAIO CEZAR, nos processos vigentes*

0007958-21.2017.8.26.0041 e 0003335-60.2017.8.26.0154, fixando o regime fechado para cumprimento, considerando como termo inicial a existência de nova prisão ou falta grave, mas quanto ao livramento condicional, comutação e indulto, considerou correto o marco inicial a partir da data da primeira prisão, indicando a regra contida na Súmula 441 do Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, o representante do Ministério Público pretende que a interrupção do lapso temporal se dê pela última prisão do sentenciado.

Pois bem. Não obstante o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, no verbete de número 441, no sentido de que a prática de falta grave não interrompe o prazo para a concessão de livramento condicional, cumpre mencionar que o entendimento diz respeito à prática de falta grave, e não de crime.

Por isso, entendo que nos casos de prática de novo crime, nada impede que se considere a data da última prisão como o marco inicial para a obtenção de benefícios, inclusive de livramento condicional.

É importante consignar que alguns eventos específicos, como a fuga, o abandono, ou mesmo a prática de novo crime, como na hipótese dos autos, implicam a interrupção da própria execução da pena, razão pela qual, excepcionalmente nesses casos, ocorre também a interrupção do prazo para fins de livramento condicional, indulto e comutação.

O mencionado posicionamento se coaduna com o próprio escopo da Lei das Execuções Penais, pois indica a inaptidão do sentenciado a ser premiado com tão amplo benefício, que é o livramento condicional, mesmo após praticar outro crime.

O fato de o reeducando cometer novo delito, durante o cumprimento de sua pena, revela que tem personalidade não ajustada ao convívio social, logo não está pronto para voltar a viver em sociedade.

**ASSIM, PELO MEU VOTO, DOU PROVIMENTO AO AGRAVO EM EXECUÇÃO, DECLARANDO QUE A INTERRUPÇÃO DO LAPSO TEMPORAL, EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DE NOVO DELITO, INCIDE PARA EFEITOS DE FUTURO PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, COMUTAÇÃO DE PENAS E INDULTO.**

Como visto, a Corte *a quo* proveu o recurso ministerial, por entender que a prática de falta grave interrompe os prazos para a obtenção de todos os benefícios em sede de execução penal, inclusive o de liberdade condicional, comutação e indulto.

Sobre o tema em debate, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento

do EREsp n. 1.176.486/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, uniformizou o entendimento de que a falta grave resulta na regressão de regime prisional e na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena. Eis a ementa do julgado:

*EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, ENTRE ELES A PROGRESSÃO DE REGIME, EXCETO LIVRAMENTO CONDICIONAL E COMUTAÇÃO DAS PENAS. PRECEDENTES DO STJ E STF. EMBARGOS PROVIDOS PARA ASSENTAR QUE A PRÁTICA DE FALTA GRAVE REPRESENTA MARCO INTERRUPTIVO PARA OBTENÇÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL.*

*1. O cometimento de falta grave pelo sentenciado no curso da execução da pena, nos termos do art. 127 da Lei 7.210/84, implica a perda integral dos dias remidos pelo trabalho, além de nova fixação da data-base para concessão de benefícios, exceto livramento condicional e comutação da pena; se assim não fosse, ao custodiado em regime fechado que comete falta grave não se aplicaria sanção em decorrência dessa, o que seria um estímulo ao cometimento de infrações no decorrer da execução.*

*2. Referido entendimento não traduz ofensa aos princípios do direito adquirido, da coisa julgada, da individualização da pena ou da dignidade da pessoa humana. Precedentes do STF e do STJ.*

*3. Para reforçar esse posicionamento, foi editada a Súmula Vinculante 09/STF, segundo a qual o disposto no artigo 127 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.*

*4. Entender de forma diversa, como bem asseverou o eminente Ministro CARLOS AYRES BRITTO, quando do julgamento do HC 85.141/SP, implicaria tornar despidas de sanção as hipóteses de faltas graves cometidas por sentenciados que já estivessem cumprindo a pena em regime fechado. De modo que não seria possível a regressão no regime (sabido que o fechado já é o mais severo) nem seria reiniciada a contagem do prazo de 1/6. Conduzindo ao absurdo de o condenado, imediatamente após sua recaptura, tornar a pleitear a progressão prisional com apoio em um suposto bom comportamento (DJU 12.05.2006).*

*5. Embargos providos para assentar que a prática de falta grave representa marco interruptivo para obtenção de progressão de regime prisional. (EREsp 1176486/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em*

28/3/2012, DJe 1º/6/2012).

Confiram-se mais julgados desta Corte acerca da questão:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.*

[...]

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

3. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

4. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

*Habeas corpus não conhecido.* (HC 410.801/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 16/10/2017).

*EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA PROGRESSÃO DE REGIME, MAS NÃO PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL, INDULTO E COMUTAÇÃO DA PENA. SÚMULAS/STJ 441, 534 E 535.*

[...]

2. Uma vez reconhecida a prática de falta grave, devidamente apurada por meio de procedimento administrativo disciplinar, devem ser aplicadas todas as consequências legais daí decorrentes (LEP, art. 48, parágrafo único).

3. "Conforme descrito no art. 118, I, da LEP, a execução da pena privativa de liberdade fica sujeita à forma regressiva, podendo ocorrer para qualquer dos regimes mais rigorosos, sendo certo que não cabe ao magistrado proceder à análise do conteúdo da falta disciplinar para verificar a possibilidade de regressão, já que o

*dispositivo em comento não concede essa margem de discricionariedade ao julgador" (HC 210.062/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 06/04/2015).*

**4. Ressalte-se, porém, que alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios não se aplica ao livramento condicional (Súmula 441/STJ) nem à comutação de pena/indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.**

**5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a interrupção do lapso temporal para fins de livramento condicional, indulto e comutação da pena. (HC 377.301/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017).**

No caso de cometimento de falta grave, é importante ressaltar que devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535 desta Corte:

*A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional. (Súmula 441/STJ)*

*A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração. (Súmula 534/STJ)*

*A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto. (Súmula 535/STJ)*

Assim, a interrupção do marco para futuros benefícios da condenação não se opera com relação ao livramento condicional, indulto e comutação.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar a desconsideração da interrupção do lapso temporal no tocante ao livramento condicional, à comutação e ao indulto, restabelecendo a decisão de primeira instância.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator